Introdução

As crises dos anos 1970-1980 desestabilizaram a economia global e reestruturaram o regime de acumulação capitalista, fazendo emergir uma nova ordem global, transnacionalizada e pautada em princípios neoliberais. Uma nova ordem que, se por um lado, questiona o poder, a capacidade e a efetividade dos Estados para solucionar problemas e participar da provisão de bens e serviços sociais, por outro lado, se vale da atuação do próprio Estado para promover a transnacionalização, a partir da influência de uma classe capitalista transnacional emergente (Robinson, 2004). Neste processo de transnacionalização, o Estado, por exemplo, inicia um processo de compartilhamento de responsabilidades com empresas transnacionais e grupos civis na esfera da promoção de bens e serviços públicos e, assim, incentiva novas formas de gestão e governança, centradas em noções de parceria e complementaridade entre os diversos grupos da sociedade (Costa, 2006).

A responsabilidade social corporativa (RSC) se fortalece, então, nesta nova ordem global marcada por Estados, simultaneamente, enfraquecidos e ativos e pelo crescente fortalecimento do papel desempenhado por empresas e corporações transnacionais na promoção da globalização neoliberal. A participação do setor privado perpassa diversos domínios e escalas políticas, tecendo um circuito global integrado, pleno de atores e contradições e que atua de forma a gerar consensos por meio da apropriação de sentidos e de reajustes constantes.

Como uma estratégia pautada em recursos discursivos e pragmáticos, que eficientiza e maximiza o capital simbólico, a RSC acaba por agir na fabricação de consensos e por legitimar o capital, a classe capitalista transnacional e a presença das empresas e empresários em processos de tomada de decisão que deveriam, a princípio, ser desenroladas em espaços públicos. Esta presença pode ser verificada nos diversos níveis que envolvem a política global, indo desde decisões locais orientadas para projetos pontuais voltados para comunidades específicas, passando por políticas públicas nacionais e chegando ao envolvimento na elaboração de iniciativas de alcance global em organizações internacionais (OIs). As forças sociais, moldadas pelas relações de produção transnacionais, influenciam direta e indiretamente a atuação destas organizações internacionais (Cox, 1996), que se modificam e modificam suas idéias e práticas para se adaptar a este novo contexto, trabalhando com empresas transnacionais

e com o discurso que mobiliza estas empresas, afetando, assim, a arquitetura do sistema internacional, ainda que de forma lenta e contraditória.

Nesta nova ordem mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) alterou a sua relação com as empresas e corporações transnacionais, passando de uma posição de hostilidade nos anos 1980 a uma posição que enxerga nos investimentos privados e nas parcerias com as transnacionais formas de desenvolvimento social e econômico (Paine, 2000). E é neste novo contexto que Boutros-Gali, então Secretário-Geral da ONU, a partir de 1992, põe fim ao monitoramento das operações das corporações transnacionais dentro da ONU e Kofi Annan, posteriormente, inicia um processo de desenvolvimento de parcerias com estas corporações como forma de atrair investimentos, conhecimento tecnológico e apoio político para dentro da organização. Annan, estabelece diálogos com o empresariado transnacional, na Câmara Internacional do Comércio e no Fórum Econômico Mundial desde sua posse, em 1997, convidando os líderes empresariais a iniciar “*um pacto global de valores e princípios compartilhados que darão ao mercado global uma face humana*”¹, o chamado Pacto Global (PG) ou *Global Compact*, em inglês, (GC), em 1999, na sua terceira visita ao Fórum de Davos.

O Pacto Global é um instrumento de responsabilidade social corporativa pautado em princípios e valores (que se pretendem universais) tidos como imprescindíveis para o desenvolvimento da economia global. Tais princípios devem ser concretizados, entretanto, de forma voluntária, sem restrições oficiais ou estrutura normativa obrigatória, mas a partir de uma idéia de compartilhamento de responsabilidades e de engajamento de atores diferenciados.

Neste novo contexto em que a relação da ONU com o setor privado passa a ser vista como de interdependência pela própria organização, os “princípios globais” são enfatizados pelas Nações Unidas como forma de prover legitimidade social para atuação do mercado, uma vez que a iniciativa reúne não apenas empresários e agências das Nações Unidas, mas também governos e organizações da sociedade civil². Por outro lado, as empresas seriam capazes de fornecer à ONU recursos materiais e financeiros e conhecimento tecnológico para a atuação das suas diversas agências, o que, por sua vez, impactaria positivamente nas empresas e corporações, já que as operações da ONU

¹ Discurso de Kofi Annan no Fórum Econômico Mundial de Davos, em 31 de janeiro de 1999.

² Em nosso trabalho entendemos “sociedade civil” de forma ampla, como o terreno da não-estatalidade que envolve conflitos entre indivíduos, grupos e classes sociais em torno de questões de direntes naturezas e que cabem ao Estado solucionar.

seriam capazes de manter o ambiente internacional estável, aberto e propício à economia de mercado.

Como forma de enraizar os princípios do Pacto Global em espaços territoriais específicos e concretizar as intenções de dar ao mercado “uma face mais humana”, o Pacto Global criou uma estrutura de governo que tem como uma de suas partes constituintes as Redes Locais do Pacto Global. Vistas como fundamentais para a disseminação dos princípios em contextos culturais, políticos e sociais específicos, as redes são igualmente percebidas como forma de facilitar o engajamento de diferentes grupos na iniciativa e o engajamento das próprias empresas, pois possibilitariam a troca de experiências e facilitariam as ações coletivas, inclusive aquelas em torno de outras metas desenvolvidas pela ONU, como a Agenda 21 e os Objetivos do Milênio.

No Brasil, a rede local do Pacto Global encontrou um movimento forte de RSC liderado pelo Instituto Ethos (havendo também influência do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - e Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - ainda que, à época, em menor escala) – o que para nós significa dizer que o Pacto Global não foi uma iniciativa pioneira na região, mas uma iniciativa global que se uniu a movimentos locais já existentes de RSC para desenvolver a si mesma e, tendo criado uma espécie de estrutura para coordenar as ações da rede local – o Comitê Brasileiro para o Pacto Global, que se define como um “coletivo representativo [e voluntário] da Rede Nacional do Pacto Global”³ – acaba por destacar e fortalecer a atuação de atores específicos, causando, possivelmente, tensões hegemônicas⁴ entre atores sociais com pesos políticos, econômicos e interesses distintos.

Desta forma, este estudo pretende analisar como se dão estas tensões em torno da idéia da responsabilidade social corporativa que decorrem do compartilhamento de responsabilidades dentro Rede Brasileira do Pacto Global, e como estas se manifestam, investigando, ao mesmo tempo, os impactos, as contribuições e os limites do Pacto Global para tanto. A intenção é explorar o posicionamento dos diversos atores envolvidos com a temática da RSC – o que, acreditamos, demandou posturas ativas, negociações, barganhas e conflitos. Para tanto, parte-se do pressuposto que os atores locais e nacionais são agentes eficientes para a globalização e para a transnacionalização

³ Disponível em: <http://www.pactoglobal.org.br/cbpg.aspx> Acesso em 20/10/2011.

⁴ Optamos por utilizar, em nossa pesquisa, a idéia de “tensões hegemônicas” no sentido de que há conflitos, questionamentos, formas de resistência em torno da responsabilidade social corporativa, mas não há um projeto alternativo, constituído, que possa efetivamente disputar hegemonia no campo onde este discurso é consensual.

do capital e que há um tensionamento hegemônico em torno do significado e das práticas em torno da RSC – e, neste sentido, o Brasil representa um caso especial para a transnacionalização e para a responsabilidade social corporativa.

Acreditamos que embora a Rede Brasileira para o Pacto Global resulte do “encontro” entre os objetivos do empresariado transnacional que sustentou e apoiou a elaboração do Pacto Global das Nações Unidas – no âmbito global – e de frações nacionais do empresariado transnacional atuantes no Instituto Ethos – em âmbito nacional/local – e se apresente enquanto um espaço de negociação em torno da formulação de estratégias e diretrizes de atuação e legitimação do capital transnacional, existem, dentro dela, atores que questionam e reivindicam posições opostas aos enfoques de *soft power* nela hegemônicos.

A hipótese inicial é a de que há tensões hegemônicas dentro da Rede Brasileira do Pacto Global, e ainda que a rede esteja pautada na idéia de permitir o encontro e o envolvimento de diversos participantes e *stakeholders*, tende, principalmente por meio do Comitê Brasileiro para o Pacto Global, a destacar o papel exercido pelo Instituto Ethos. É nossa hipótese inicial também a idéia de que o Ethos pretende falar em nome da sociedade civil brasileira quanto ao compartilhamento de responsabilidades para o desenvolvimento social e econômico brasileiro, numa postura pró-ativa que pode ser tornar hegemônica nacionalmente se outros atores aderirem efetivamente à Rede.

Dada a necessidade de um grande escopo teórico para a discussão que o tema suscita e a contínua construção de estudos nesta área, procedemos à realização de uma abordagem teórica que tem como base os estudos críticos da globalização, que, a grosso modo, compreendem a necessidade de aliar a análise da globalização ao engajamento social global (Appelbaum and Robinson, 2005), numa perspectiva histórica, reflexiva e problematizadora (Robinson, 2006). Neste sentido, utilizamos uma base teórica ampla para este estudo, que contém elementos ligados aos estudos de Gramsci – que, acreditamos, podem ser encontrados, principalmente, nas figuras de Mark Rupert, Robert Cox e Stephan Gill – associados aos estudos de uma “sociologia crítica das relações internacionais”, desenvolvidos por Saskia Sassen e Boaventura de Sousa Santos. Os estudos do capitalismo global, de William Robinson e da teoria do sistema global, de Leslie Sklair, irão, ainda, servir de base para a compreensão do processo de transnacionalização e de formação de uma classe capitalista transnacional e, por fim, os trabalhos Boltanski e Chiapello (2009), de Carroll & Carson (2006), Plehwe et al (2006)

e Brand (2006) completarão nossa base teórica a partir das formulações em torno da capacidade de constante readaptação e apropriação de críticas pelo neoliberalismo⁵.

Em relação aos estudos assentados nas contribuições teóricas de Gramsci, centramos nossas atenções em premissas ideológicas que podem atuar de forma a aumentar o poder de ação e legitimação do capital. Neste sentido, adquirem importância os conceitos de hegemonia, bloco histórico transnacional, classe capitalista transnacional e transformismo. Quanto aos estudos de Sassen, destacamos o papel dos Estados Nacionais e os processos de desnacionalização que dão ênfase ao protagonismo das empresas, ressaltando a produção e a relação entre os espaços locais e globais. Boaventura de Sousa Santos, por sua vez, nos ajuda a compreender os processos de globalização e as formas de articulação entre o global e o local. Por fim, o trabalho de Boltanski e Chiapello aponta como a ocorrência de mudanças subjetivas e políticas são necessárias e apropriadas pelo próprio capitalismo como ideologia favorável à sua manutenção, apontando para um processo de apropriação de críticas que também é explorado, de uma outra forma, por Carroll & Carson, Plehwe et al e Brand.

Esta pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos, além desta introdução e das nossas conclusões finais. No primeiro capítulo iremos abordar a constituição da nova ordem mundial, analisando os processos de globalização, transnacionalização, adaptação e hegemonia neoliberal e de constituição do “terceiro setor”, numa perspectiva crítica, definindo as bases teóricas que nortearão todo o nosso trabalho.

Na segunda parte de nosso trabalho, o enfoque será nas idéias e significados da responsabilidade social corporativa: vamos analisar a sua evolução histórica, os fatores que parecem apontar para a sua atual difusão e as principais vertentes teórico-conceituais sobre o assunto. Abordaremos igualmente o desenvolvimento de organizações e redes sociais e a elaboração de códigos, normas e diretrizes nacionais, internacionais e ainda alguns instrumentos globais que vão orientar as ações socialmente responsáveis das empresas, sem fazê-lo, no entanto, de forma exaustiva. A intenção é demonstrar a dimensão assumida pela responsabilidade social corporativa, bem como os conflitos e tensões que se dão ao redor de suas idéias e práticas.

⁵ Devido à limitação de escopo teórico e empírico e, ao mesmo tempo, à amplitude do tema estudado, não iremos abordar as discussões e críticas realizadas por outros autores aos autores que servem como base para este estudo. Embora reconheçamos que não haja compatibilização automática entre estes autores, pelo contrário, existem muitas incongruências, divergências e conflitos entre as suas idéias, centraremos, aqui, nossas atenções nos elementos que os unem e os permitem ser incluídos dentro da categoria mais ampla dos “estudos críticos da globalização”. As críticas, entretanto, não estarão – como não poderiam

No terceiro capítulo, analisaremos propriamente o Pacto Global e a Rede Brasileira do Pacto Global: o contexto em que o foram criados, as idéias que permeiam sua elaboração, seus atores, os seus princípios, suas estruturas, seus objetivos, funcionamento e críticas. Terminaremos este capítulo apresentando quais as relações entre o Brasil, o processo de transnacionalização e o desenvolvimento da temática da RSC, com as suas tensões inerentes.

Ao longo do nosso trabalho, procuramos alcançar nossos objetivos e verificar a nossa hipótese de pesquisa através de vários procedimentos de caráter metodológico. Buscamos selecionar e fazer uma leitura crítica de artigos científicos e livros relevantes, tanto para a análise dos atores quanto para a análise dos processos institucionais que constituem os âmbitos de formação do campo e da problemática da responsabilidade social corporativa . A pesquisa documental nos permitiu o acesso a documentos, como relatórios de pesquisa e discursos oficiais, principalmente no âmbito do sistema das Nações Unidas. Os estudos de caso do Pacto Global e da Rede Brasileira do Pacto Global, embora contenham igualmente pesquisas bibliográficas e documentais, se valem, ainda, de levantamentos primários e secundários, de caráter qualitativo e quantitativo, extraídos das bases de dados disponíveis nas organizações analisadas e de pesquisas realizadas por institutos nacionais, redes de RSC e teses de doutorado.

estar – ausentes, mas serão apontadas em referência ao nosso objeto de estudo, não havendo, portanto, um quadro de discussão teórico mais amplo.